



BAHIA

VIGILANTES EX-RHEMA/INSS: NA LUTA PELOS DIREITOS E BALANÇO DAS PROVIDENCIAS E UM ALERTA AOS FALTOSOS



Há cerca de um mês estamos numa mobilização com 118 colegas que atuaram para os quebrões da RHEMA nas agências do INSS, gerencia de Itabuna.

Todos foram informados pelo Sindicato que:

- a justiça deu ganho de causa no processo de iniciativa do MPT e dos Sindicatos (Sindvigilantes/BA e SVItabuna) contra a empresa quebrona Rhema e o INSS;
- Que neste momento da execução (cobrança) o Juízo mandou o Sindicato providenciar junto a cada Vigilante que entre com AÇÕES INDIVIDUAIS DE EXECUÇÃO;
- O juízo também decidiu liberar para cada um dos 118 vigilantes, através de transferência bancária a ser realizado pela própria Vara do

Trabalho, cerca de 2.700 reais para cada um, resultante do bloqueio pedido pelo MPT e pelo Sindicato no início do processo, cabendo ao Sindicato informar a justiça as contas dos Vigilantes para a transferência bancária;

Nestes últimos dias o Sindicato encaminhou aos Advogados a documentação completa de 75 colegas.

Neste dia 30 quatro colegas estão com documentação incompleta:

- Elesvaldo Ferreira da Silva
- José Antonio Ribeiro
- José Raimundo Malta dos Santos
- Edmundo José Mendes

Outros 40 nada encaminharam ou não entraram em contato com os Sindicatos. E caso não tenham entrado com ações individuais, correm o risco de perder os seus direitos (já ganhos na justiça).

Portanto este colegas precisam ser localizados e entrar em contato com os Sindicatos (Sindvigilantes/BA – Djalma – 71 98814 0558 ou SVItabuna – Edvaldo Rosa – 73 99180 8789) e, para isto, pedimos a ajuda e colaboração de todos.

A lista dos faltantes e possíveis domicílios/cidades (o que conseguimos levantar até este momento) está disponível no site da entidade.

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

ALAGOAS



CONVITE

Café da Manhã



O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas convida todos os vigilantes para participar de um Café da Manhã em comemoração aos 33 anos de sua fundação. **O encontro festivo acontecerá no dia 03 de dezembro de 2021, próxima sexta-feira, a partir das 09 horas, na sede do Sindicato, localizado na Rua General Hermes, 371, Centro de Maceió/AL, após o Hospital Santo Antônio, em frente à CUT. Participe!**

A Diretoria.



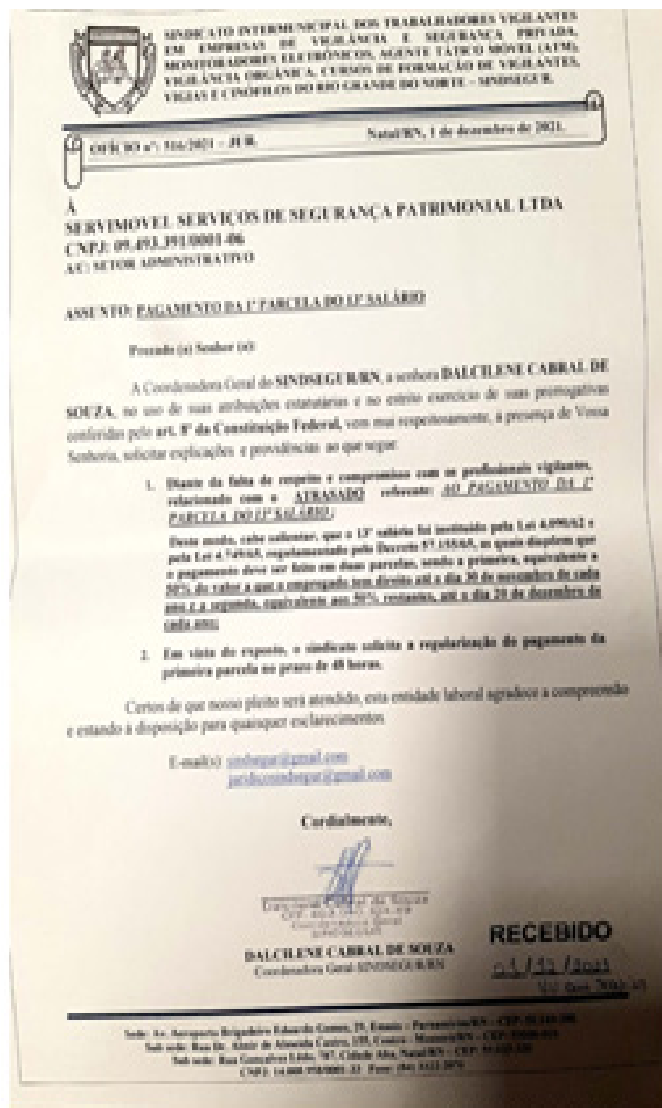
Sindsegur notifica empresas que não pagaram décimo terceiro aos vigilantes



Nesta quarta-feira, 01 de dezembro, o Sindsegur notificou as empresas RN Segurança, Megafortes, DMB Segurança e SERVIMÓVEL. As referidas empresas não efetuaram o pagamento da primeira parcela do décimo terceiro salário aos vigilantes. O prazo para o pagamento era até o dia 30 de novembro de 2021.

A diretoria do nosso sindicato vai continuar combatendo, dia-a-dia, toda e qualquer forma de abuso praticado pelos patrões contra os vigilantes patrimoniais no RN. A luta por respeito, que inclui o cumprimento da CCT, é uma tarefa permanente do SINDSEGUR junto com a categoria.

FONTE: sindsegur



Digitado com CamScanner

Delegado Sandro Avelar é nomeado diretor-executivo da Polícia Federal

Agora, o ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal ocupa o segundo posto na hierarquia da corporação

Mirelle Pinheiro

Carlos Carone



EBC/Memória

O delegado Sandro Avelar foi nomeado, nesta quarta-feira (19/12), como diretor-executivo (Direx) da Polícia Federal. A publicação saiu no Diário Oficial da União (DOU). Agora, o ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal ocupa o segundo posto na hierarquia da corporação.

A indicação foi feita pelo diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Maiurino. Sandro Torres Avelar vai substituir Cairo Duarte, que ocupará o cargo de adido no Canadá.

Sandro é bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Delegado de Polícia Federal desde 1999, já exerceu os cargos de diretor do Sistema Penitenciário Federal no Ministério da Justiça e liderou o combate ao crime organizado na Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, resolve:

Nº 1.329 - DISPENSAR

CAIRO COSTA DUARTE da função de Diretor-Executivo da Polícia Federal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, código FCPE 101.5.

Nº 1.330 - DESIGNAR

SANDRO TORRES AVELAR, para exercer a função de Diretor-Executivo da Polícia Federal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, código FCPE 101.5.

CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO

Publicação feita no DOU

Avelar também foi coordenador-geral de Recrutamento e Seleção da Academia Nacional de Polícia (ANP) e integrou a Comissão da Reforma do Código de Processo Penal no Senado Federal. Já exerceu o cargo de professor de direitos humanos na ANP.

O policial também foi presidente da Fundação da Polícia Federal. Em abril de 2006, foi eleito presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) por dois mandatos e encerrou sua gestão em abril de 2010.

O delegado assumiu a Secretaria de Segurança Pública do DF em 2011 e ficou até 2014, quando saiu para concorrer a uma vaga na Câmara dos Deputados pelo MDB. Recebeu 21.888 votos, mas não se elegeu.

Em 2016, se desfilou da legenda. Avelar também foi presidente da Comissão Nacional de Segurança Pública dos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos), do Ministério da Justiça. No ano seguinte, o delegado ocupou o cargo de Direx na gestão de Fernando Segovia, no governo de Michel Temer.

FONTE: METROPOLES

Falta de perícia do INSS reduz cobrança do seguro das empresas com mais acidentes



O Fator Acidentário de Prevenção (FAP) que vai ser cobrado em 2022 só registrou 106.015 empresas com um número maior de acidentes, o chamado MALUS, uma queda recorde de 30% em relação a 2021, ou seja 48.015 estabelecimentos a menos.

A informação é da Assessoria de Saúde e Previdência da Federação dos Trabalhadores do Ramo Químicos da CUT no Estado de São Paulo (Fetquim-CUT), que conseguiu os dados do Ministério do Trabalho e Previdência por meio da Lei de Acesso à informação.

De acordo com a assessoria da Fetquim, entre 2019 e 2021 houve falta de gestão do governo de Jair Bolsonaro (PL), além de omissão da direção do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que não permitiu que os médicos peritos fizessem as perícias. Com isso, não houve o registro acidentário e os trabalhadores lesionados por acidente ou mesmo por contaminação laboral por Covid-19 foram prejudicados e ficaram sem os benefícios

acidentários. Houve também desequilíbrio nas contas da previdência do seguro acidente que deve ser pago integralmente pelos patrões.

A redução ocorreu também por falta de fiscalização por parte do Ministério do Trabalho durante todo o período da pandemia, acrescenta Ailton Cano, coordenador da Federação dos Trabalhadores do Ramo Químicos da CUT do Estado de São Paulo (Fetquim-CUT), citando mais uma falha de gestão do governo federal.

Segundo diversos dirigentes químicos, o problema de descumprimento de regras trabalhistas é anterior à pandemia, começou depois do golpe de 2016, com o ilegítimo Michel Temer (MDB) e piorou com Bolsonaro.

“Desde o início do Governo Bolsonaro,

há o descumprimento gritante das regras previdenciárias para com os trabalhadores”, afirma André Alves, Secretário de Saúde da Fetquim.

“O Governo só tem pensado e agido na destruição dos direitos. O povão está pagando pesado essa conta, e a situação tende a se agravar, pois muitos trabalhadores não conseguem acesso aos benefícios por falta de perícia médica do INSS e as consequências são catastróficas para a sustentação e sobrevivência das famílias dos trabalhadores”, acrescenta o dirigente que é também diretor do Sindicato dos Unificados de Campinas.

“A falta de perícias mostra um desgoverno dessa equipe econômica do Bolsonaro. O atual governo quer na realidade continuar a quebrar a Previdência não cobrando o devido seguro de acidentes dos patrões que não investem em saúde e segurança, com isso sobra dinheiro para muitas empresas terem mais lucros junto com bancos inescrupulosos que cobram juros e juros do povo”, complementa Paulo José dos Santos, o Paulão, Secretário Geral dos Químicos do ABC.

Saiba o que é FAP

O Fator Acidentário de Prevenção é um índice aplicado individualmente a cada empresa que concentra três indicadores: frequência de acidentes, gravidade segundo os dias de incapacidade do trabalhador e custos de benefícios acidentários. Quanto maior os indicadores maior é a cobrança. Já na ausência dos indicadores há redução na cobrança.

Criado durante o governo do ex-presidente Lula, o FAP incentiva à prevenção de acidentes, tem uma metodologia transparente, e premia as empresas mais eficazes na prevenção dos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, diz o pesquisador Remigio Todeschini, um dos estudiosos do tema que ajudaram a elaborar essa política pública.

Mas, segundo Remígio, decisões como essa do INSS de mandar parar as perícias, colocam o programa em risco e, com isso, a vida de milhares de trabalhadores e trabalhadoras.

Foto: Reprodução / Pixabay

Fonte: Marize Muniz – CUT Brasil com Fetquim-CUT



Petroleiros promovem ato nacional contra privatização da Petrobras nesta sexta



A Federação Única dos Petroleiros (FUP) e sindicatos filiados reforçam a luta contra a privatização da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, e contra a venda das demais unidades de refino da Petrobras.

O Conselho Deliberativo da FUP discutiu os novos desafios na luta contra as tentativas de privatização da Petrobras e o desmonte da estatal, em reunião realizada nesta terça-feira (30), e aprovou a realização de um ato nacional, na próxima sexta-feira (3). O ato é contra a privatização da Petrobras, da RLAM e seus terminais, e de demais ativos da petroleira.

A RLAM, segunda maior do país, foi vendida ao fundo de investimento árabe Mubadala por US\$ 1,65 bilhão, a metade do preço que a própria Petrobrás havia definido como referência.

Além disso, serão realizadas assembleias, até o dia 19, para aprovação de Estado de Greve Nacional, preparando a categoria para um movimento paredista caso o Governo Federal tente avançar com a privatização total da Petrobras.

De acordo com nota publicada no site da FUP, os conselheiros afirmaram na reunião que “resistir à forte ofensiva privatista do governo Bolsonaro, que está colocando à venda o patrimônio público brasileiro a preço de banana, não é tarefa fácil”.

Mas, coordenadores e presidentes dos 13 sindicatos de petroleiros (sindipetros) filiados à FUP que participaram da reunião, sinalizaram ter identificado pelo menos dois

aspectos comuns no discurso da base petroleira: 1) A categoria clama por “Fora, Bolsonaro”; e, 2) está preocupada com a ameaça iminente do governo federal apresentar no Congresso Nacional o projeto de lei para privatizar a Petrobras.

A reação, aprovada pelos conselheiros, foi a realização do ato nesta sexta e um calendário de assembleias para aprovação de Estado de Greve Nacional.

A FUP propõe ainda ampliar a atuação da Brigada Petroleira em Brasília, Estados e Municípios. A Brigada tem como objetivo apresentar

o conjunto de propostas da categoria, dialogando e articulando com diversos atores sociais e políticos para avançar na construção de um Brasil soberano.

No momento, uma das principais reivindicações da brigada em Brasília é que o Supremo Tribunal Federal julgue as ações de inconstitucionalidade das privatizações que foram feitas sem o aval do Poder Legislativo. Essa inconstitucionalidade foi denunciada pelo coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar, em Audiência Pública realizada na segunda-feira (29) na Câmara dos Deputados.

Dentro do calendário de assembleias, outro dos pontos a serem tratados é a aprovação de uma Contribuição Assistencial para a FUP e Sindicatos em 2022, a fim de financiar a luta contra as privatizações e a difícil negociação coletiva do próximo ano.

Bacelar convoca à totalidade da categoria para o debate: “Motivamos a todos nossos companheiros e companheiras a participar ativamente dessas importantes assembleias. Nossa participação é fundamental para fechar o ano com assembleias massivas, onde juntos iremos decidir os próximos rumos da luta contra as privatizações, em defesa dos nossos direitos”.

Foto: FUP

Fonte: Marize Muniz – CUT Brasil com apoio da FUP.

Governo recua e reconhece que foram fechadas 191 mil vagas e não criadas 75 mil

Equipe econômica havia comemorado abertura de vagas, em 2020, mas após revisão de dados do Caged, governo reconheceu o que todos sabiam: que houve demissões e fechamento de postos de trabalho



A equipe econômica do ministro Paulo Guedes comemorou a criação de 75,9 mil novos empregos com carteira assinada em plena pandemia. O ministro se baseou nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) que lista as admissões e demissões mensalmente. Agora, depois de rever a movimentação, os técnicos do Caged voltaram atrás e admitiram que, na verdade,

houve uma redução de 191,5 mil postos de trabalho em 2020.

As empresas têm o prazo de um ano para informar ao Caged quantos trabalhadores e trabalhadoras foram contratados e quantos foram desligados. Como 2020, foi um ano atípico por causa da pandemia que provocou falências e demissões em massa, muitas empresas deixaram para depois a inclusão

dessas informações, colocando água no champanhe aberto cedo demais pelo governo de Jair Bolsonaro (PL).

Quando comemorou os números equivocados, Guedes chegou a dizer que, com o auxílio emergencial e o programa de redução de jornada e salários e suspensão de contratos, apesar da pandemia, o Brasil estava criando empregos muito rapidamente.

Esta é a segunda vez que os dados do ano passado são revisados para baixo. Em janeiro deste ano, o número de empregos criados havia sido anunciado em 142,6 mil. Em novembro, após a primeira revisão, o número caiu para 75,9 mil. Agora o saldo que antes era positivo ficou negativo em 191 mil vagas fechadas. Houve um aumento nos desligamentos em 2,9%, e nas admissões em 1,1%.

Este número de desligamentos pode ser ainda maior, de acordo com a economista e professora da Unicamp, Marilane Teixeira, especialista no mercado de trabalho, porque as empresas ainda têm até 31 de dezembro para informar as demissões e contratações com carteira assinada.

“Faltou transparência ao governo Bolsonaro, pois a equipe econômica sabe que as empresas têm um ano para informar os desligamentos. Um ano atípico com pandemia, era evidente que os dados mudariam e muito. Mas eles quiseram comemorar para tentar enganar a opinião pública sobre o agravamento da crise econômica”, critica Marilane.

A economista explica que em anos anteriores, especialmente nos governo do PT, mesmo com o prazo de 12 meses para as empresas informarem o Caged, não havia tanta discrepância porque a

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

economia do país se mantinha estável.

“É uma prática comum quando você acessa o Caged para obter as informações, aparecerem os dados de admissões e demissões, dentro do prazo e os que foram informados fora do prazo”, conta Marilane.

Dados do Caged mostram ainda que houve uma queda real de 4,3% no salário médio de admissão na comparação com outubro do ano passado.

Outro levantamento que a economista diz que revela que a economia não ia bem, são os informados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) que é a declaração das empresas feita até março do ano seguinte em relação ao ano anterior. Ou seja, são computados até março de 2021, os vínculos ativos de emprego existentes até 31 de dezembro de 2020.

Segundo Marilane Teixeira, na comparação dos dados da Rais, de 2019 com 2020, houve redução de postos de trabalho. Até 31 de dezembro de 2019 havia 47 milhões e 554 mil vínculos ativos. Em 31 de dezembro de 2020 caiu para 46 milhões e 236 mil. Uma diferença de 1,318 milhão de empregos a menos.

“Era óbvio que os números do Caged também iriam mostrar redução. O erro do governo ao divulgar os dados, foi o de não dizer que estão sujeitos a atualização. Eles comemoraram para derrubar a tese de que a economia ia mal e as empresas indo pro buraco. Do ponto de vista estatístico não houve erro, e sim manipulação em não dar visibilidade ao problema do desemprego”, conclui a economista.

Escrito por: Rosely Rocha

Editado por: Marize Muniz

FOTO: ROBERTO PARIZOTTI (SAPÃO)

FONTE: CUT

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF